

## APRESENTAÇÃO

O ano de 2024 tem sido marcado por diversas mudanças institucionais no Instituto Superior do Litoral do Paraná (ISULPAR), que objetivam sempre melhorar a faculdade e a revista, fortalecendo o compromisso com a qualidade do ensino e a produção científica. Essas transformações buscam modernizar a infraestrutura, aprimorar o corpo docente e expandir os recursos acadêmicos, permitindo que os alunos tenham acesso a uma educação cada vez mais completa e relevante.

Assim, para comemorar o encerramento do ano de 2024, a edição número 15 chega de forma especial. Além dos tradicionais seis artigos publicados semestralmente em nosso periódico, esta edição se destaca com um dossiê organizado pelo Grupo de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (GESPDH), sob a coordenação do Professor José Antônio Peres Gediel, docente dos Programas de Pós-graduação em Direito e Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O dossiê é uma homenagem ao professor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, referência no campo da sociologia da violência e da punição, falecido em novembro de 2021. Nesta edição, estão reunidos artigos de pesquisadores profundamente influenciados pela escola sociológica que Bodê ajudou a construir, celebrando seu impacto no campo e seu compromisso com a análise crítica das questões sociais.

Bodê foi professor na UFPR e uma referência nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, onde, ao longo de mais de 20 anos de carreira, orientou diversas pesquisas de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, sempre pautado pela rigurosidade científica e pela ética acadêmica. Seu legado deu origem a uma verdadeira escola sociológica, inspirada em suas aulas e ensinamentos, que formou gerações de pesquisadores comprometidos com uma análise crítica das estruturas de poder e a promoção da justiça social. Sua influência ultrapassou as salas de aula, reverberando em projetos de pesquisa e movimentos sociais, nos quais sua visão crítica sobre controle social e direitos humanos segue inspirando transformações concretas no meio acadêmico e na sociedade.

Além disso, sua participação como coordenador da Comissão Estadual da Verdade do Paraná e como membro ativo em diversas iniciativas de direitos humanos mostrou seu engajamento em conectar a ciência à prática social, sempre com um olhar crítico sobre as injustiças sociais.

Com seu falecimento, o grupo anteriormente conhecido como “Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos” se reestruturou, dando origem ao “Grupo de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos” (GESPDH), que reúne antigos colegas, amigos e orientandos de Bodê, comprometidos em manter seu legado vivo e atuante. Assim, o dossiê aqui apresentado torna-se uma homenagem e, ao mesmo tempo, uma continuidade de sua obra, servindo como uma demonstração dos ensinamentos e da visão crítica que ele incutiu em seus alunos e colaboradores. Cada contribuição no dossiê reflete a influência profunda de Bodê sobre temas como controle social, justiça e direitos humanos, temas que ele abordou com rigor e que hoje formam a base de uma comunidade acadêmica inspirada por seu trabalho.

Abrindo o dossiê com uma brilhante escrita que combina reflexões intelectuais com lembranças afetivas, Rodrigo Bueno Gusso, no artigo “‘Ao Mestre com carinho’: agradecimentos e pequenas elucubrações de um pesquisador nativo no campo da segurança pública” reflete sobre sua trajetória pessoal e profissional marcada por uma relação com a segurança pública desde a infância em Curitiba, nos anos 1980. Ele descreve como suas experiências de vida, como as lembranças dos desfiles militares e as influências familiares, moldaram suas primeiras percepções de ordem e controle social. A influência do professor Pedro Bodê em sua formação acadêmica também é ressaltada, sendo fundamental para que o autor unisse teoria e prática policial o incentivando a adotar uma visão crítica da segurança pública, explorando a dualidade entre experiência empírica e rigor científico, e ensinou-o a observar a complexidade do controle social.

Na sequência, Aline de Oliveira, no texto “Educação em Direitos Humanos para Policiais Cíveis e Policiais Militares: as insuficientes recomendações contidas na Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública” apresenta um recorte da sua dissertação de mestrado recentemente defendida na UFPR, constatando que apenas 8% da carga horária é dedicada a esse tema, enquanto 92% concentra-se em outras áreas, com destaque para o uso de força e letalidade (330 horas). Essa distribuição indica uma ênfase maior nas abordagens coercitivas, refletindo uma cultura institucional policial que privilegia o uso da força. O texto sugere que uma revisão da MCN é necessária para atualizar o currículo e assegurar uma formação mais humanística e sensível aos direitos humanos, contribuindo para uma prática policial mais consciente e alinhada com a dignidade humana e a igualdade.

O terceiro artigo, de autoria de Marcelo Bordin, Aknaton T. Souza e Pablo O. Rosa, de título “Os militares na teoria social clássica”, traz à tona uma das principais preocupações do grupo de pesquisa: o intenso e contínuo processo de hipermilitarização da sociedade e das instituições. O texto explora a classe social dos militares no contexto da formação do Estado moderno e aborda a questão da "hipermilitarização" da segurança pública no Brasil. Utilizando a sociologia clássica e uma análise histórica, o autor busca entender como os militares se integraram à estrutura estatal, abordando autores como Perry Anderson, Reinhard Bendix, Marx, Durkheim e Weber. A análise discute a evolução dos exércitos em instituições policiais militarizadas, refletindo sobre como as forças armadas e a polícia moldam identidades nacionais e influenciam na ordem pública e nas políticas de Estado.

Trazendo uma perspectiva histórica a partir de uma metodologia de análise documental, o texto “A paradoxal ilusão dos venenos: cocaína, ópio e o papel da revista Vida Policial na construção da imagem criminal no Brasil da Primeira República”, escrito pela historiadora Elena S. Camargo e pelo sociólogo e jurista Aknaton T. Souza, analisa como a revista Vida Policial, durante a Primeira República no Brasil, contribuiu para a estigmatização dos usuários e traficantes de drogas, especialmente cocaína e ópio. Com um estilo sensacionalista, a revista construiu uma narrativa que associava essas substâncias à criminalidade, degeneração moral e descontrole, reforçando estereótipos racializados e marginalizando especialmente comunidades vulneráveis, como a chinesa. A pesquisa explora como essas representações promoveram o medo público e legitimaram políticas repressivas, enfatizando uma divisão de classe: enquanto o consumo nas elites era tratado com ambiguidade, os grupos marginalizados eram demonizados. As representações feitas pela Vida Policial consolidaram discursos proibicionistas que ressoam até hoje, influenciando políticas de drogas contemporâneas e perpetuando a criminalização e estigmatização de usuários.

Finalizando o dossiê com chave de ouro, a Revista Direito & Democracia tem a satisfação de contar com o texto “O debate sobre a militarização na comissão estadual da verdade do estado do Paraná”, originalmente escrito pelo Prof. Pedro Bodê (*in memoriam*) e Samara Feitosa e agora, com as contribuições de Marcelo Bordin onde apresenta-se o relatório final da Comissão Estadual da Verdade do Paraná sobre as instituições policiais e o processo de militarização. Criada em 2013, a comissão investigou violações de direitos humanos entre 1946 e 1988, com um grupo específico dedicado à segurança

pública e militarização, tema inédito na Comissão Nacional da Verdade. O relatório discute o uso das polícias militares como forças auxiliares ao exército e práticas repressivas herdadas das ditaduras, como tortura e criminalização de certos grupos sociais, que ainda influenciam a segurança pública brasileira. Dentre as recomendações estão a desmilitarização das polícias, o fim da justiça militar e a revisão da Lei de Anistia.

Encerrado o dossiê, mas não esgotando as discussões sobre violência e punição e, abrindo a seleção de artigos desta edição, Rafael Ferreira Vianna e Vyctor Grotti, no texto intitulado “Nosso caso Daschner de cada dia: ensaio sobre a tortura no meio policial e suas consequências no processo penal”, trazem à tona um estudo profundo sobre a tortura e suas implicações. A partir de um caso ocorrido na Alemanha no início do século XXI, os autores revisitam o antigo e polêmico debate sobre a possível relativização da proibição da tortura em situações extremas. Eles ampliam a discussão, conectando-a a questões constitucionais e de direitos civis, e examinam os dilemas éticos e processuais do Sistema de Justiça Criminal, concluindo que "sob tortura, os papéis se invertem: o criminoso torna-se vítima, e o Estado, o transgressor."

Na sequência, sob a autoria de Roberto E. Tomaz, Karina E. Machado, Jair M. Cardoso e Raquel I. Dutra, o artigo “projeto de extensão universitária Nova Vida – Contribuições multidisciplinares para o tratamento da dependência e ressocialização” apresenta uma iniciativa conduzida pela UNIVALI, que há mais de uma década tem se dedicado à recuperação e reintegração social de pessoas que fazem o uso abusivo de substâncias químicas. Esse projeto se destaca por sua abordagem multidisciplinar, envolvendo profissionais das áreas de Direito, Farmácia e Psicologia, e por ir muito além do tratamento tradicional. Na perspectiva dos autores, os dados revelam que a desintoxicação é apenas o ponto de partida, e que a verdadeira transformação acontece durante a reabilitação psicossocial, onde o foco é promover a autonomia e a cidadania dos participantes.

O terceiro artigo, intitulado “O protagonismo do Supremo Tribunal Federal sob um olhar weberiano: um risco à democracia”, de autoria de Geovane F. Gomes e Ana Clara B. Montilha, revela-se particularmente interessante ao aplicar conceitos da sociologia clássica, desenvolvidos por Max Weber, a questões contemporâneas. Os autores demonstram como as grandes teorias, embora formuladas em outros contextos, mantêm sua relevância e oferecem ferramentas valiosas para a análise crítica de fenômenos atuais, destacando os riscos que a burocratização pode representar à

democracia. O texto sugere que os temores weberianos sobre a burocracia se confirmam no Brasil, onde o poder vitalício dos juizes se une à vaidade e ao protagonismo judicial, criando uma forma de dominação que vai além da mera autoridade legal.

Refletindo sobre os efeitos de uma vida cada vez mais virtualizada e plataformizada, Amauri de Campo Junior discute no texto “Eleições Municipais e Redes Sociais: qual é o futuro da democracia diante do universo digital?” a crescente influência das redes sociais no processo eleitoral e a urgência de regulamentar o uso dessas plataformas em campanhas políticas. O autor defende a necessidade de regras claras para o uso de dados, transparência na publicidade política online e a responsabilização por conteúdos falsos e manipulativos, haja vista que as redes sociais continuarão a moldar o debate público e o futuro das eleições dependerá da nossa capacidade de enfrentar os desafios da desinformação e promover uma participação cidadã responsável.

Trazendo à tona a urgência da discussão dos direitos das pessoas com deficiência, Josiana de Souza T. Cunha, em seu texto "Os desafios da educação inclusiva em rede regular de ensino: Inaplicabilidade da Lei e o desserviço do Estado", aborda a efetividade da educação inclusiva para pessoas com deficiência em escolas regulares, explorando o processo histórico da inclusão e destacando a importância dos direitos assegurados por convenções internacionais e leis nacionais. A autora revela que, embora a matrícula em escolas regulares seja um direito constitucional, há lacunas graves na infraestrutura das escolas e na formação adequada de profissionais. Os dados apresentados mostram uma discrepância preocupante entre o número de alunos com deficiência matriculados e a disponibilidade de recursos e especialistas qualificados. Por fim, o estudo conclui que a verdadeira inclusão vai além da simples oferta de vagas; ela requer a transformação das escolas para eliminar barreiras e promover a convivência e o desenvolvimento conjunto de todos os alunos, independentemente de suas características. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos para garantir uma educação inclusiva de qualidade para todos.

Encerrando esta edição, Laura S. Cressoni, que além de cientista social é discente no curso de direito do Instituto Superior do Litoral do Paraná, agracia nossa revista com o texto “Cooperativismo em perspectiva: trajetórias e desafios do cooperativismo em Cuba”. Em seu artigo, a autora ressalta a importância que o movimento cooperativismo, influenciado por socialistas utópicos e, posteriormente, por ideias marxistas teve em

Cuba, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento da agricultura e na busca por alternativas sustentáveis durante períodos de crise.

Com grande satisfação, encerramos esta edição da nossa revista científica, que reúne um conjunto significativo de trabalhos que abordam temas cruciais relacionados às relações entre Estado, Sociedade, Direito e Democracia. As contribuições aqui apresentadas, oferecem uma rica perspectiva sobre diferentes dimensões do mundo contemporâneo e os desafios que ainda persistem.

Agradecemos a todos os autores, revisores e leitores por suas contribuições e esperamos que os estudos aqui publicados estimulem novas reflexões e pesquisas sobre esses temas vitais.

Paranaguá, 27 de outubro de 2024.

Giovane Matheus Camargo

Editor-Chefe da Revista Direito & Democracia

Coordenador do curso de Direito